

Órgão de preservação do próprio governo tenta, recorrentemente, retirar povo Pataxó de sua terra ancestral

Páginas 4 e 5

ENTREVISTA – Dom Roque
“A sociedade brasileira é anti-indígena... Uma mudança radical (de mentalidade) exige uma ‘civilização do amor’”

Páginas 6 e 7

Em Parecer, José Afonso da Silva comprova inconstitucionalidade de “marco temporal” e “esbulho renitente”

Páginas 10 e 11

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXVII • Nº 382
Brasília-DF • Jan/Fev 2016

MATOPIBA – A destruição do Cerrado

Quase 10% do território brasileiro está sendo transformado na última fronteira do agronegócio. Com as iniciais de quatro estados (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), o megaprojeto Matopiba já atrai empresários estrangeiros e ocupa região em que estão inseridas 46 unidades de conservação ambiental, 36 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas.

Atividades já em curso (foto) podem levar à desertificação desse bioma, conhecido como “berço das águas”.

Páginas 8 e 9

Cenários quentes em 2016

Os termômetros devem se elevar ainda mais neste ano, enquanto os projetos de interesse social tendem a permanecer na geladeira em Brasília. Os direitos históricos dos povos indígenas continuam ameaçados por diversas iniciativas que tramitam no Congresso, entre eles destaca-se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere ao Legislativo a prerrogativa de demarcar as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas e enfatiza o marco temporal, ou seja a posse pelos povos indígenas de seus territórios em outubro de 1988, como condição para as demarcações. Um dos cenários mais prováveis, para 2016, é o de que a bancada ruralista aumentará o calor de suas práticas corrosivas e discursos inflamados, para derreter contraposições e aprovar os projetos de seus interesses e antagônicos aos direitos indígenas, como a mineração e exploração dos recursos naturais em terras indígenas.

Será um ano de intensas disputas políticas, de muitos interesses em jogo: olimpíadas, ameaça de golpes, eleições. O governo fragilizado e emparedado deve continuar atando mais os nós para tentar se manter no páreo, sem conseguir avanços no campo social, sem capacidade para cumprir suas obrigações constitucionais para demarcar as terras indígenas. Um cenário pior seria o de mais retrocessos. Para evitar a perda de direitos, será necessário manter a vigilância e a mobilização permanente dos povos indígenas e de seus aliados. Não haverá tempo para refrescos.

Dos inimigos da causa indígena devem partir articulações para acirrar a criminalização dos movimentos sociais. Será a estratégia para causar descrédito, colocando-os na vala comum de corruptos, que precisam ser punidos. A processos factoides antigos, novas acusações devem se juntar. E há ainda a ameaça latente das teses jurídicas encampadas por uma parte do Supremo Tribunal Federal (STF), como a do “marco temporal” e do “esbulho renitente”, fundamentadas na incorreta interpretação da Constituição, que podem impedir a demarcação de Terras Indígenas em litígio.

Enquanto se tramam as redes que podem enodar os votos de milhões de brasileiros, na surdina tramitam a jato projetos e medidas contra direitos sociais adquiridos. A conjuntura se mostra propensa a aventuras políticas, que seguem apenas em uma direção: a da direita. Mas não significará o calabouço

das vozes dissonantes. Qualquer que seja o rumo político de 2016 haverá reações dos que não aceitam o discurso fácil e manipulador, embrulhado em papel celofane pela mídia, para ofuscar as vistas da população.

A democracia abriu portas por onde movimentos sociais de diversos tons passaram e ganharam as ruas, o mundo. Independentemente do desfecho da crise, as mulheres organizadas não voltarão às cozinhas pra bater panelas vazias, como já fizeram antes de serem imitadas na versão *gourmet* da última temporada da moda. O movimento negro não vai deixar de mostrar a cadência de suas reivindicações, firmadas no ritmo dos passos de cada dança/luta aprendida ou reaprendida. Os jovens “ppp” (pretos/pardos, pobres da periferia) vão continuar rimando labuta com luta por tempos melhores, sem violência, e vão continuar querendo disputar vagas nas universidades, antes reservadas apenas aos filhos da Casa Grande. Os movimentos das mais variadas cores não vão aceitar pedras escuras de grupos xenofóbicos e homofóbicos. A comida do agronegócio envenenado continuará sendo vomitada por quem aprendeu a produzir e distribuir com normas justas e por quem optou por alimentos orgânicos.

Vozes de todos os cantos do Brasil, organizadas, entoaram muito nos últimos anos em prol de direitos. E não vão se silenciar, pois é pra frente que se anda. Com firmes argumentos, as vozes já afinadas no discurso da justiça precisarão provar a outras vozes, ainda trêmulas, que o medo da perda de privilégios, por determinados grupos, não é o medo de todos.

Além da disputa eleitoral, os próprios rumos da sociedade brasileira estarão em disputa em 2016. A crise política pode desembocar num mar desconhecido, mais revoltado ainda. Mas também pode abrir possibilidades, ao expor claramente as contradições da sociedade. Centrados em suas reivindicações centenárias e justas, os movimentos sociais podem sinalizar um tempo melhor quando baixar a fervura criada para gerar nuvens de cegueira e ódio.

Quem acompanhou de perto os processos e as lutas dos povos indígenas nessas quatro últimas décadas tem certeza que esses povos resistirão a todos os ataques neste tempo ainda mais difícil que desponta. E irão adiante, juntando-se a outras forças sociais para criar um país justo, solidário e plural, abraçado pela sabedoria.

Porantinadas

Um governo atado e centenas de propostas

A Conferência Nacional de Política Indigenista (CNPI), que ocorreu em Brasília, entre 13 e 17 de dezembro, com cerca de 1.500 participantes de mais de cem povos, aprovou aproximadamente oitocentas propostas. Esta é uma comprovação da realidade complexa, ampla e desafiadora que os povos enfrentam, numa extensão territorial enorme e diversa, onde não falta lama política transbordando. Resta saber se haverá a continuidade do processo, através da regionalização das políticas dentro dos marcos nacionais aprovados. Para isso, é necessária vontade política de um governo fragilizado, atado. Cabe ao movimento indígena, nacional e regionalmente, desatar os nós para transformar as propostas em políticas efetivas e eficazes.

Barrados e “lembrecinhas”

Dezembro foi marcado por intensos dias de mobilizações e debates. No dia 10, povos do Tocantins e do Pará foram barrados pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de participar da comemoração de vinte anos da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, para a qual eram convidados! Na semana seguinte, os mais de mil indígenas participantes da CNPI ocuparam a cúpula do Congresso e, através de seus rituais, cantos e danças, explicitaram que não abrem mão de seus direitos constitucionais. Como “lembrecinha” da manifestação legítima, por ordem do deputado réu em diversos processos judiciais, ganharam gás de pimenta.

Demarcação pífia

O balanço das demarcações feitas em 2015 deixou claro o nível da desastrosa política indigenista do governo. Apenas sete terras indígenas foram homologadas pela presidente Dilma em todo o território nacional. Os pífijs números e os locais definidos mostraram que, sem o movimento indígena empurrando, não haverá avanço na demarcação de terras indígenas, especialmente nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul.

Vida nova?



O legado de Sepé Tiaraju

Mais de 600 indígenas, de quatro países, celebraram os 260 anos do martírio do herói que liderou a resistência contra os portugueses e espanhóis. Inspirados pelo líder Guarani, eles afirmam “a nossa luta continua, assim como o sonho de Sepé, pela conquista de uma Terra Sem Males e pelo direito de vivermos em paz”.

Railda Herrero, Jornalista e Colaboradora

“Sepé é um modelo de lutador em prol de uma ecologia, de uma Terra Sem Males, de uma terra que clama por respeito e por não ser envenenada”. Com essas palavras, o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Dom Roque Paloschi, resumiu o sentido da vida do herói indígena, cujo martírio completou 260 anos em 7 de fevereiro.

“São Sepé não fez guerra de conquista, apenas em seu direito legítimo de defender o seu povo, a sua história, a sua cultura, e as suas tradições”, lembrou o bispo, no 10º Encontro Sepé Tiaraju, em São Gabriel, no Rio Grande do Sul. Lideranças, rezadores, mulheres, homens, jovens e crianças celebraram a vida do líder, entre os dias 5 e 8 de fevereiro. O 10º Encontro teve representantes dos povos Guarani Mbyá e Nhandeva (ou Avá), do sul do Brasil e da Argentina, Kaiowá e Nhandeva, do Mato Grosso do Sul, e dos Kaingang, também do sul brasileiro.

Tiaraju era estrategista na luta contra os impérios português e espanhol, que firmaram o Tratado de Madri, em 1750, e decidiram pela violenta retirada dos indígenas das missões jesuíticas. Era homem de reflexão, articulação e ação, e não lutou sozinho. Estava com milhares de indígenas que não aceitaram deixar seus territórios por causa dos interesses políticos, econômicos e religiosos dessas duas potências da época.

Em memória sempre

Desde 2004, no mês de fevereiro, os Guarani e Kaingang marcam presença em São Gabriel para homenagear Sepé Tiaraju, símbolo da luta para manter a terra de seus antepassados. Após o 10º Encontro Sepé Tiaraju, em 9 de fevereiro, doze mil trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade participaram da 39ª Romaria da Terra, também realizada em São Gabriel. Na celebração, com o tema “Cuidar da Terra, Casa Comum”, Dom Roque, que é arcebispo de Porto Velho (RO), mais uma vez relembrou a importância do herói Guarani.

O documento final do 10º Encontro Sepé Tiaraju mostra que os ideais dele orientam o movimento indígena. A carta confirma a resistência e a luta pelos direitos, pelos territórios ancestrais e pelo respeito ao modo de vida tradicional. “Ao massacrar nosso povo, os não indígenas consideraram que tinham eliminado nossa resistência, mas hoje sobre estas mesmas terras resistimos e lutamos contra os mesmos projetos coloniais, que em nome do lucro e da cobiça perpetuam



Rituais ancestrais marcaram a celebração dos 260 anos do martírio de Sepé Tiaraju, inspiração para indígenas de diversos países da América Latina

o genocídio e destroem nossas terras sagradas”.

Às margens da Sanga da Bica, onde foi morto Sepé Tiaraju, os Guarani entoam, a cada ano, seus cantos a Nhanderu, agradecendo ao Deus Verdadeiro por caminhar sempre com eles. E bradam em voz alta: “Viva o Sepé, a terra é dom de Tupã, dada aos homens para que seja cuidada, protegida, amada e respeitada”.

Reconhecimento

Reconhecido oficialmente como “herói Guarani missionário rio-grandense”, pela Lei nº 12.366 do estado do Rio Grande do Sul, e Herói da Pátria Brasileira, pela Lei Federal nº 12.032/09, Sepé Tiaraju tornou-se o único indígena reverenciado no Panteão da Pátria, em Brasília, mas ainda é desconhecido de muitos. Como também é amplamente ignorado que, entre 1609 e 1768, ocorreu o que muitos consideram uma das mais bem-sucedidas experiências de vida comunitária cristã de todos os tempos, citada por Voltaire, principal Iluminista Francês, como “triunfo da humanidade”. Apesar do questionamento, por causa da imposição do catolicismo e da falta de respeito à cultura tradicional, as missões jesuíticas do Sul foram alternativas para garantir melhor alimentação e mais segurança, diante das pressões espanholas e luso-brasileiras.

A Guerra Guarânica, para manutenção das terras e do modo de vida fora da dominação colonial, durou de 1753 a 1756, com um ano de trégua. Foi desencadeada com a assinatura do Tratado de Madri, quando foi acordado que Portugal cederia a Colônia do Sacramento - fundada pelos portugueses onde hoje é o Uruguai - à Espanha, em troca da região dos Sete Povos das Missões. Esse conjunto de sete aldeamentos indígenas, criados pelos jesuítas espanhóis, abrangia dois terços do atual Rio Grande do Sul. Essa extensa região bem desenvolvida, tinha o maior rebanho bovino das Américas, que também era alvo dos luso-brasileiros.

“Sepé Tiaraju virou personagem lendário do Rio Grande do Sul e dos povos nativos da América Latina e seus feitos foram registrados na literatura por Basílio da Gama no poema épico *O Uruguai*, de 1769, e por Érico Veríssimo no romance *O Tempo e o Vento*”

Para que o acordo fosse concretizado, os povos indígenas deveriam abandonar essa área e seguir para a região controlada pela Espanha, na margem direita do Rio Uruguai. Contrariando as ordens da Companhia de Jesus, os indígenas e os missionários rejeitaram o Tratado, enfrentando as tropas espanholas e portuguesas unidas para expulsá-los dos Sete Povos das Missões. Tiaraju foi corregedor do Cabildo de São Miguel, uma das quatro missões que resistiram bravamente nessa guerra. Desde o encontro com os comissários espanhóis e com o padre Altamirano, representante superior geral dos jesuítas, Sepé foi enfático na defesa das terras, dizendo que “o território de que pretendes dispor só pertence a Deus e a São Miguel”.

Os Guarani tiveram muitas vitórias, com táticas de guerrilha contra os inimigos, mas, no final de 1755, começaram a sofrer duras derrotas. Três dias após a morte de Sepé, ocorrida no crepúsculo de 7 de fevereiro de 1756, mais de 800 Guarani foram dizimados na batalha de Caiboaté, na entrada da atual cidade de São Gabriel, além de outros 154 terem sido levados como prisioneiros.

Desde a morte de Sepé, sua história e as lendas se confundem e espalhou-se a crença de que esse líder Guarani subira aos céus. Até hoje muitos veneram a São Sepé e tentam o reconhecimento de sua santidade pela Igreja Católica. Sepé Tiaraju virou personagem lendário do Rio Grande do Sul e dos povos nativos da América Latina e seus feitos foram registrados na literatura por Basílio da Gama no poema épico *O Uruguai*, de 1769, e por Érico Veríssimo no romance *O Tempo e o Vento*.

Há controvérsias sobre a origem do nome Tiaraju. Pode ser “amarelo como fruta madura”, porque ele teria cabelos de tonalidade mais clara, mas também pode significar o amarelo do crepúsculo. Uma certeza é a de que *o ju*, em Guarani, sempre tem uma conotação de espiritual e divino. Ao liderar a batalha contra o acordo dos conquistadores da América, Sepé se transformou numa lenda. Foi canonizado pela vontade popular, cumprindo a sina da conotação Guarani de seu nome. ♦

O Estado contra o povo Pataxó

Um órgão de preservação do próprio governo tenta, recorrentemente, impedir que os Pataxó permaneçam na terra onde eles moravam antes dos colonizadores aportarem lá, há 516 anos. Indiferentes às evidências históricas de que os indígenas são os melhores cuidadores da Mata Atlântica, o ICMBio pode ser responsabilizado, diretamente, pela violência praticada contra o povo e, até mesmo, pela destruição da floresta.

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

A fumaça branca encobre o Monte Pascoal, na Bahia. Cabral não veria a fisionomia atlântica do monte, fosse hoje. Algo queima, aos montes, nas proximidades da aldeia Alegria Nova. “São os fazendeiros transformando a floresta em pasto. Vamos ver de cima”, diz o cacique Mandy Pataxó, antes de ajeitar a escada no rumo de uma caixa d’água vazia, uns sete metros acima, posta num tablado de madeira rústica.

Do alto se vê as cercas separando o Parque Nacional do Descobrimento (PND), área de conservação ambiental, de uma fazenda, onde um pedaço de Mata Atlântica queima num incêndio contido – a não ser pela fumaça desgarrada. O parque e a fazenda se sobrepõem à Terra Indígena (TI) Comexatiba, do povo Pataxó, identificada em 2015 pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O Monte Pascoal se encontra nos limites da Terra Indígena Barra Velha, também Pataxó.

Embora o governo federal tenha reconhecido como tradicional a terra Comexatiba, antiga Cahy-Pequi, um órgão do próprio governo tem criado impedimentos à permanência dos indígenas na terra, além de fazendeiros e grupos interessados na exploração das áreas para a construção de *resorts*. O Instituto Chico Mendes de Conservação Ambiental (ICMBio), administrador do Parque Nacional do Descobrimento, tem entrado com sucessivos pedidos de reintegrações de posse contra os Pataxó de Comexatiba.

Em julho do ano passado, o ICMBio ingressou com duas ações de reintegração. Os procuradores do Instituto, vinculados à Advocacia-Geral da União (AGU), alegavam que a Funai não teria publicado o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação do território Pataxó.

A Justiça Federal concedeu as liminares para o despejo sob o argumento de que o órgão indigenista havia pactuado o relatório para dois anos antes. Se o relatório fosse publicado, as liminares seriam suspensas. No dia marcado para as ações de despejo, o Ministério da Justiça publicou o relatório e os Pataxó respiraram aliviados – por pouco tempo.

“O que a gente imaginava é que, finalmente, a Funai tinha cumprido com o acordo e o ICMBio e o Incria [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], que também solicitou reintegrações por ter lotes da reforma agrária em nossas terras, não mais nos incomodariam. Que se podia fazer uma gestão envolvendo os Pataxó e o ICMBio, mas não querem conversar com a gente e tentam nos tirar pra viver em Prado, em Cumuruxatiba, como mendigos”, explica Candara Pataxó.

O ICMBio entrou com outras três reintegrações, apenas neste ano. A alegação é de que os Pataxó estariam devastando a porção de Mata Atlântica preservada pelo Parque Nacional do Descobrimento. No entanto, além das queimadas constantes nas fazendas do

Os Pataxó testemunham, diariamente, os impactos no entorno do Parque Nacional, como as queimadas constantes, o uso indiscriminado de agrotóxicos e o secamento dos rios, além da atuação de caçadores dentro da floresta

entorno, é possível constatar outras propriedades utilizando agrotóxicos nos cultivos a poucos metros da fronteira do parque. Há ainda os caçadores, que constantemente circulam no interior da floresta. “O resultado vemos aqui: rios estão secando, nascentes assoreadas, o ciclo da natureza afetado”, diz Zezinho Pataxó.

A TI Comexatiba é uma das 64 áreas de sobreposição, de acordo com levantamento conjunto realizado pela Funai e o ICMBio. No entanto, o presidente do ICMBio, Cláudio Maretti, argumenta que a terra dos Pataxó ainda não está homologada, logo, não pode ser considerada indígena. Justamente por isso Maretti defende as reintegrações de posse, afirmando que o ICMBio vem tentando a retirada pacífica dos Pataxó até a conclusão da demarcação.

Em entrevista ao Instituto Socioambiental (ISA), o professor de direito ambiental Carlos Marés, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), diz que o ICMBio está equivocado. Ele esclarece que, para ser considerada indígena, segundo a Constituição de 1988, a terra não precisa do decreto de homologação. “É um direito que vem da origem. Portanto, a demarcação, ou o reconhecimento público, é apenas o reconhecimento de um direito preexistente”, explica. “A não ser que o Estado diga que os índios não existem e, portanto, não têm território”, disse o professor.

Traindo acordos

Aruã Pataxó, presidente da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia (Finpat) e cacique da aldeia Coroa Vermelha, explica que a mesma situação de conflito com o órgão governamental repete-se na Terra Indígena Barra Velha. Esta outra área Pataxó, em cujo território incide o Parque Nacional Monte Pascoal, passa por um processo de revisão de seus limites. Por isso, no final do mês de fevereiro, entre as diversas atividades em Brasília, os Pataxó participaram de uma reunião no Ministério do Meio Ambiente, onde tentaram a abertura de um diálogo com o governo para a solução do conflito.

“As conversas ocorrem há algum tempo já. O ICMBio não pode alegar que se trata de uma decisão da Justiça e nada pode se fazer quanto a isso. A gente percebe o ICMBio traindo acordos, sem querer avançar no diálogo”, afirma Aruã.

“Olha, eu vim pra essas terras bem antes dessa história de parque, ICM não sei o quê. Expulsaram os mais antigos, e depois voltamos tudo pra cá. Essa aldeia [Alegria Nova] ficava mais pras brenhas da mata. Tá tudo as marca lá pra quem quiser ver. Aqui, nesse pedaço que refez a aldeia que tamo tudo agora, a gente vinha pegar fruta, nossa medicina”, diz dona Amora Pataxó.

No alto dos 64 anos, dona Amora se mostra estafada com as tensões provocadas pelas reintegrações de posse; uma tremedeira agarrada nas mãos negras e calejadas, o coração fraco de tanto bater forte. “Uma filha minha se pegou numa depressão que... só por Deus... ela sai andando por aí. Os meu menino vão atrás dela. Me deixa aqui um neto que não sabe da mãe”, explica dona Amora.

A Pataxó, porém, não sairá de Comexatiba. “Prefiro morrer aqui do que ir pra cidade pedir esmola, viver jogada feito cão sem dono. Meus menino tudo tão entregue pra essa luta”, declara. O depoimento de dona Amora se respalda em sua própria história, naquilo que os antigos lhe passaram e hoje ela conta aos mais jovens.





Várias famílias não tiveram tempo nem de tirar os seus pertences de dentro das casas: “agora estamos na rua”

Aldeia Cahy sob ataque

Em agosto de 2015, homens armados invadiram a aldeia Cahy, em Comexatiba, e queimaram uma maloca que continha artesanatos e objetos de uso tradicional e religioso. Em seguida, ocorreu uma série de ataques de pistoleiros e os indígenas chegaram ao ponto de esconder seus filhos em caixas d’água à noite, com medo dos tiros.

No início deste ano, no dia 19 de janeiro, uma ação de reintegração de posse ocorrida na mesma aldeia Cahy surpreendeu dezenas de famílias. Além do posto de saúde e da escola, várias casas foram destruídas, muitas delas com os pertences dos indígenas em seu interior.

Conforme o relato dos indígenas, aproximadamente cem policiais federais, militares e civis, acompanhados de agentes da Companhia Independente de Policiamento Especializado/Mata Atlântica (Caema), chegaram à aldeia às sete horas da manhã, anunciando a reintegração de posse. “Eles deram um prazo para a gente retirar as coisas das casas, mas o prazo não foi suficiente. Mesmo assim, eles tocaram as patrulas por cima, com as coisas dentro mesmo”, afirma Xawã Pataxó, liderança da aldeia Cahy.

“A reintegração aconteceu de surpresa, no dia em que a comunidade estava se organizando para a festa de São Sebastião. A escola estava sendo organizada para o início do ano letivo, e eles tiraram tudo de dentro e jogaram numa área quase um quilômetro longe da aldeia, de fogão a giz de cera. Agora estamos na rua, não sabemos para onde ir”, relata a liderança.

Na decisão proferida pelo juiz Guilherme Bacelar, da Justiça Federal de Teixeira de Freitas (BA), em favor de uma fazendeira da região, contudo, o relatório já publicado pela Funai não seria critério suficiente para impedir a reintegração de posse, e a situação de insegurança e vulnerabilidade em que os indígenas agora se encontram também não foi considerada um problema. “A gente tinha horta lá. É uma parte importante da nossa subsistência o plantio de mandioca, melancia, que a gente vende pro pessoal da cidade. Não sabemos como vamos fazer agora”, afirma a liderança Xawã Pataxó.

Em setembro de 2015, o mesmo juiz decidiu não conceder uma liminar requerida pelo Ministério Público Federal (MPF) em ação civil pública. Na ação, o MPF caracterizava o caso como de “grave omissão” do poder público, em função da insegurança física e jurídica decorrente da demora na demarcação, e solicitava que o juiz Guilherme Bacelar estabelecesse um prazo de 180 dias para o Ministério da Justiça publicar ou manifestar-se sobre a Portaria Declaratória da TI Comexatiba.

Duas sobreposições à terra indígena

Em 1820 o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied chegou ao extremo sul da Bahia e registrou, em fartos relatos, a presença do povo Pataxó entre o litoral e o interior da Mata Atlântica. Segundo esse etnólogo alemão, eles viviam “atrevidos e valentes”, sem “domicílio certo, andam errantes, vivendo da pesca, caça e furtos” (*Revista Trimensal de História e Geographia*, 1846, p. 442).

Com base nos relatos do príncipe naturalista, a professora e pesquisadora Maria Giovanda Batista demonstra que a redução da Mata Atlântica na região ocorreu conforme os Pataxó, e demais povos indígenas, foram expulsos de suas terras.

Para a professora, que coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Interculturais e da Temática Indígena da Universidade do Estado da Bahia, em Teixeira de Freitas, “tornou-se possível demonstrar que entre 1951 e o ano 2000 a Mata Atlântica na região caiu de 95% intacta para menos de 3%”. Maria Giovanda complementa: “Em 1951, um grande incêndio (de origem criminosa) expulsou os indígenas (que se dispersaram para outros pontos da mata). Em 1951, a população não indígena era de 23 mil habitantes, espalhados em sete municípios. Isso até 1958.”

A partir dos anos 1960 e até o ano 2000 o crescimento da região é vertiginoso: surgem 21 municípios e a população salta para cerca de 1 milhão de habitantes. Dos 3 milhões de hectares que compõem a região hoje, 2 milhões “estão dominados por meia dúzia de empresas. O eucalipto toma conta de 800 mil hectares e o restante da área é formado por fazendas de gado e, mais ao sul, pela plantação de cana-de-açúcar”.

Pode-se concluir que, além de pelo menos uma dezena de outros povos indígenas, os Pataxó sempre estiveram presentes nas áreas que reivindicam como tradicionais, desde a chegada dos colonizadores. O que também permite perceber que sempre resistiram.

A década de 1970 é repleta de histórias de massas de famílias que se negavam a sair das margens do

Rio Cahy, cuja foz, no Oceano Atlântico, foi o provável cenário do desembarque dos primeiros europeus no Brasil, em 1500. A indústria madeireira Bralanda é responsabilizada pelo assassinato de famílias inteiras, caso de um grupo que se autodenominava Guató, segundo Zezinho Pataxó. “Eram uns cinco ou seis. Tudo índio. Eu era garoto e lembro que chegava uns cabas da Bralanda e mandava sair. Esses Guató se negaram e foram mortos. Era assim com todo mundo que se negava a sair”, lembra Zezinho.

Dessa forma a Bralanda antecedeu o Parque Nacional do Descobrimento na sobreposição ao território Pataxó. Deve-se também a essa indústria a devastação da Mata Atlântica na região, o que motivou a criação de áreas de preservação ambiental e novas sobreposições, por órgãos estatais ambientalistas. A professora Maria Giovanda ressalta que “o PND foi criado sobrepondo uma outra sobreposição, a antiga Bralanda. Então, o ICMBio tem colocado uma pá de cal sobre uma injustiça com dezenas de famílias que tiveram seus membros assassinados, a partir de 1970, com a Bralanda e outras empresas que começam a expulsar essas famílias na base da violência”.

A família de Bernarda Machado Neves vivia ao sul da margem sul do Rio Cahy, até a expulsão. O cacique Timborana, da aldeia Cahy, ainda era um menino de dez anos. “O fogo era ateado ao sul do Rio Cahy e, ao norte, os Pataxó se refugiaram. O clã de dona Zabelê e seu Manoel, por exemplo, foi recebido pelos indígenas que viviam nessa porção norte”, explica a professora. Jovita Oliveira Pataxó lembra que eles andavam nus em Cumuruxatiba, cidade em que ela vive ao lado dos filhos. “Se pensar bem, isso aqui era tudo dos Pataxó. Foram chegando, chegando [não indígenas, empresas]. Está aí essa luta hoje”, reflete Jovita.

Desde 2003, quando ocorreram as principais retomadas do território então chamado Cahy-Pequi, hoje Comexatiba, os Pataxó já plantaram mais de 20 mil árvores nativas, incluindo o pau-brasil. As roças são feitas ao redor das casas – sem devastar a mata. “Os Pataxó são os maiores especialistas de Mata Atlântica nessa região. Mantiveram-na e, com ela, sustentaram a alimentação, a base da microeconomia – entre a mata e o mar. Estamos gestando mal-entendidos sobre a história ao afirmar que a Mata Atlântica só pode ser preservada sem os Pataxó”, defende Maria Giovanda.

De acordo com a Constituição Federal, o direito ao território ancestral dos Pataxó é originário, portanto, a demarcação é apenas o reconhecimento público de um direito preexistente.

A professora cita ainda a vasta presença indígena na região, que não compreende apenas os Pataxó. Ela explica que 80% da população de Prado é nativa, oriunda de clãs ou famílias dispersas no percurso da história. Em Cumuruxatiba, por exemplo, “existem seis etnias diferentes; grupos, famílias pequenas. Identificamos tudo isso com estudos e pesquisas”, diz Maria Giovanda.

“O ICMBio ignora, na sua base etnocêntrica, que, assim como na Amazônia, o etnoconhecimento dos indígenas sobre a natureza, desen-

volvidos epistemicamente, os alçam a reconhecidos preservadores das florestas. Os Pataxó também demonstram isso”, aponta a professora. Ela explica que a cosmologia Pataxó está atrelada à Mata Atlântica: “Os nomes dos filhos são de pássaros deste bioma e, da mata, eles retiram suas indumentárias, além da alimentação, a mesa farta... não há possibilidade de sustentação do ecossistema Mata Atlântica sem a demarcação da terra Pataxó”, diz Maria Giovanda ao concluir: “Um ambiente não pode ser sustentável com a desterritorialização de 15 mil indígenas, cuja população de crianças chega a oito mil”. ◆

Gratidão, memória e compromisso

Estas três palavras resumem o que Dom Roque Paloschi considera fundamental na relação com os povos indígenas. Recém-nomeado arcebispo de Porto Velho, em Rondônia, ele foi eleito presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em setembro passado, e inicia seu mandato em um contexto de muitos desafios, tanto para o Cimi como para a causa indígena.

Railda Herrero, Jornalista e Colaboradora

Nesta entrevista ao *Porantim*, Dom Roque fala sobre seu amor preferencial às populações indígenas, “por serem mais vulneráveis”, e sobre o compromisso existencial com a vida desses povos, “que têm um projeto de vida diferente do projeto político da maioria dos governantes deste continente”. Para ele, “o índice do Bem Viver dos povos indígenas não depende da construção de hidrelétricas, mas da construção do bem-estar de todos; exige o reconhecimento do outro e a redistribuição de bens.”

Filho de pais agricultores, de uma família de nove irmãos, o presidente do Cimi nasceu em Lajeado, no Rio Grande do Sul, em 1956. Desde os estudos iniciais, no interior, via-se numa encruzilhada: cursar a faculdade de agronomia ou ir para o seminário com os freis franciscanos. Os vínculos com a igreja de Bagé foram definitivos para a escolha do caminho e ele foi ordenado sacerdote em 1986. No Sul, acompanhou de perto a Pastoral Rural da Diocese de Bagé e os trabalhos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no estado. Além disso, foi missionário em Moçambique durante três anos, de 1997 a 1999. Em 2005 foi nomeado bispo da Diocese de Roraima, e entre 2011 e 2015 presidiu o Regional Norte 1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Dom Roque assumiu a direção do Cimi numa conjuntura marcada por enormes violências contra os direitos indígenas. A mensagem positiva das lideranças indígenas de Roraima, após sua eleição para presidir a instituição, demonstra o grau de compromisso que ele estabeleceu nos dez anos em que esteve à frente da Igreja daquele estado, que abriga uma parcela significativa da população originária do país. O Conselho Indígena de Roraima (CIR) desejou “votos de consideração e apoio, no sentido de fortalecermos a caminhada a serviço do bem-estar coletivo e na garantia dos direitos dos povos indígenas do Brasil, sempre na perspectiva de que juntos alcançaremos novas conquistas”.

Porantim - Quais as perspectivas à frente do Cimi?

Dom Roque Paloschi - A Assembleia do Cimi de setembro passado me conferiu a missão de ser, como presidente da entidade, um irmão entre os irmãos e irmãs. Quero viver essa missão na simplicidade e fraternidade, como alguém que está para servir. Sonho que o Cimi continue na sua trajetória de estar junto aos povos indígenas no Brasil, respeitando a caminhada e a história de cada povo. Sonho que os missionários do Cimi sejam testemunhas da esperança e da confiança na missão de defender e promover a vida dos povos originários deste país, que há mais de 500 anos é incapaz de ver neles verdadeiros cidadãos, com direitos que são sagrados.

Porantim - Qual é a situação do Cimi, na conturbada conjuntura política? Quais os principais desafios e como enfrentá-los nesse contexto tão complicado?

D. Roque - O Cimi só tem um caminho: fazer-se presença de esperança e solidariedade no meio dos povos indígenas e abraçar a sua cruz. O Cimi procura transformar a dor histórica dos índios em voz profética e política pelo respeito e implementação dos direitos consagrados na Constituição de 1988. A nossa missão é respeitar a autonomia e as decisões dos povos indígenas. Procuramos ser sinal do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, custe o que custar. Nós nos orgulhamos de ser difamados, perseguidos e incompreendidos pela causa dos povos indígenas. O Cimi se orgulha dos seus mártires.

Porantim - A quais comunidades o senhor tem dedicado especial atenção?

D. Roque - Na nossa missão de padres somos chamados a viver os caminhos de Jesus, o bom pastor. O pastor que dá a vida pelas suas ovelhas. O padre precisa cuidar de todas as pessoas, que fazem parte do seu rebanho, sem distinção, mas é como a mãe que tem vários filhos. Ela ama a todos, mas, quando alguém adoce, com certeza, ela vai dedicar-se mais àquele filho que está doente. Os povos indígenas são o setor mais vulnerável da nossa sociedade, porque a maneira deles pensar e produzir não tem lugar nessa “hospedaria” do nosso modelo econômico. É claro que eu – não só como presidente do Cimi, mas como pastor – tenho um amor preferencial e um compromisso existencial com a vida dos povos indígenas, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. A expressão bonita do Papa Francisco, que prefere uma “Igreja machucada”, uma “Igreja hospital de campanha” a uma “Igreja autorreferencial” nos motiva a viver mais a proximidade com os sem vez e sem voz do mundo de hoje.

Porantim - A relação entre a espiritualidade cristã e a dos povos indígenas é um tema ainda complicado na Igreja católica?

D. Roque - Creio que não. Já avançamos muito e, evidentemente, temos ainda um longo caminho a percorrer. A Igreja tem consciência que “as sementes do Verbo” e o próprio Verbo, o Deus conosco, está presente em todos os povos e culturas. A verdadeira espiritualidade cristã não se coloca acima das outras experiências espirituais e nem as demoniza. Na simplicidade, a Igreja propõe a boa nova de Nosso Senhor Jesus Cristo e percebe os sinais da presença de Deus na história de cada povo.

Porantim - Diante da clara ofensiva, em todas as instâncias de poder, para reduzir os direitos indígenas, como esses povos podem garantir seus direitos históricos e assegurados na Constituição?

D. Roque - Sem sombra de dúvidas que o movimento indígena só tem um caminho: a mobilização e a articulação com os seus aliados para, como já disse, ampliar as denúncias



Alciana Eulália Ferreira



“Os povos indígenas são o setor mais vulnerável da nossa sociedade, porque a maneira deles pensar e produzir não tem lugar nessa ‘hospedaria’ do nosso modelo econômico. É claro que eu – não só como presidente do Cimi, mas como pastor – tenho um amor preferencial e um compromisso existencial com a vida dos povos indígenas, não só no Brasil, mas em toda a América Latina.”

de violação dos seus direitos, em âmbito nacional e internacional. Outra frente de trabalho solidária é transformar a conduta da sociedade brasileira que é anti-indígena e, conseqüentemente, tem rejeição a tudo aquilo que diz respeito aos direitos dos povos indígenas.

Porantim - O que seria necessário mudar no país para garantir a demarcação das terras indígenas e assegurar os direitos desses povos?

D. Roque - Os povos originários do Brasil enfrentam ataques violentos por parte de setores político-econômicos ligados especialmente às grandes corporações, nacionais e multinacionais, do agronegócio, da mineração, da logística e da madeira. Estes procuram incorporar os territórios indígenas em seus latifúndios, não se preocupam com a vida, com o cuidado da “Casa Comum” do nosso planeta. Buscam cegamente o lucro e o acúmulo privado. O Cimi, junto e como aliado dos povos indígenas, em defesa da vida destes povos, contrapõe-se a estes propósitos nefastos. Muitos desafios decorrem deste contexto. Um deles diz respeito à importância de se ampliar as denúncias, nacional e internacionalmente, deste conjunto de violências e violações que estão sendo cometidas contra os povos indígenas no Brasil. As denúncias do Cimi procuram demonstrar quem são os inimigos dos povos indígenas e quais são seus objetivos. Entre os propósitos fundamentais do Cimi destacamos o de contribuir para que a articulação e a mobilização dos povos em defesa de suas vidas sejam fortalecidas, e que a solidariedade da sociedade brasileira a esses povos seja ampliada. Enfrentar as perseguições decorrentes dessa opção em defesa da vida dos povos indígenas também se tornou um importante desafio, especialmente a partir da

CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] do Cimi, criada pela

Assembleia Legislativa e conduzida por fazendeiros e deputados do estado do Mato Grosso do Sul.

Porantim - Como o senhor avalia esta CPI, presidida pela deputada Mara Caseiro, para esmiuçar detalhes da contabilidade do Cimi, desde 1985. Onde os proponentes querem chegar? A quem eles querem atingir?

D. Roque - Por vários motivos não convém aos inimigos dos povos indígenas atacar os Guarani e Kaiowá diretamente porque eles gozam de prestígio na opinião pública mundial. Pela inconveniência de atacar os Guarani e Kaiowá à luz do dia, seus inimigos os atacam na calada da noite. À luz do dia atacam seus aliados, em concreto, o Cimi, através de uma CPI que, em vez de Comissão Parlamentar de Inquérito, melhor seria chamada de CDF (Comissão de Despistamento dos Fatos). Na verdade, a CPI do Cimi é contra os Guarani e Kaiowá e todos os seus aliados, contra

os movimentos populares do campo, Comunidades Eclesiais de Base ecumenicamente organizadas e contra as pastorais sociais. Tudo faz parte do conjunto da obra daqueles que querem desconstruir os direitos dos pobres consagrados na Constituição Cidadã de 1988. Querem a criminalização dos movimentos sociais. Em sua Carta Final, a XXI Assembleia do Cimi afirma que: “Esse sistema, sustentado pelos poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e pelos canhões do grande capital e do agronegócio, procura encaminhar os povos indígenas para a solução final de extermínio”. Em todo o Brasil, os povos indígenas estão rodeados pelo latifúndio e pelas PECs [Propostas de Emenda à Constituição], que são subterfúgios para desmontar as conquistas da Constituição Federal de 1988. O Cimi não tem nada a temer, já enfrentamos situações similares. Nossa missão se funda no Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo e não é a CPI do Mato Grosso do Sul que vai desviar a nossa missão.

Porantim - A mensagem positiva dos indígenas de Roraima, quando da sua posse na presidência do Cimi, deveu-se ao seu trabalho atual ou decorre das boas relações históricas entre a Igreja e os povos que habitam aquele estado, desde a tomada firme de posição da Igreja local na defesa dos direitos dos nativos, a partir da década de 80 do século passado, sob a liderança do bispo Dom Aldo Mongiano?

D. Roque - As afirmações da Constituição Pastoral *Gaudium et spes* “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração” (GS 1), foram assumidas por nosso querido Dom Aldo Mongiano e os missionários e missionárias em Roraima. Em 1979, numa carta pastoral, ele escrevia:

“Os missionários desta Prelazia não se contentam em afirmar que a situação é insuportável, isto seria emitir simplesmente um juízo que é óbvio como a luz do dia. Eles tomaram a decisão de dar ao índio a confiança em si próprio, de os convencer de que podem e devem defender os seus direitos e sua dignidade. Repetem a eles, que lhes pertencem as terras, que por elas devem lutar, contra uma sociedade que os observa fria e insensivelmente, onde infelizmente não podem contar com muitos e verdadeiros aliados, que seus problemas terão que ser resolvidos por eles próprios, que qualquer atitude paternalista de terceiros é contraproducente, se neles não estiver a determinação e a firme convicção de poder sair de sua situação, superando o medo, as ameaças, a força dos mais espertos e gananciosos que os rodeiam...”

Mesmo com a perseguição, difamação e calúnias, a Igreja seguiu nas pegadas de Jesus crucificado na cruz dos povos indígenas. Nosso saudoso Dom Aparecido José Dias deu continuidade ao trabalho, também passando pela grande tribulação. Quando cheguei, em julho de 2005 em Roraima, procurei dar continuidade aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos. Sou profundamente grato à acolhida que sempre recebi nas comunidades indígenas, das suas lideranças e também às suas organizações.

Porantim - Ainda sobre Roraima, há resistências à conduta da Igreja em apoio à causa indígena, ou a demarcação acalmou ânimos e trouxe mudanças nas relações sociais?

D. Roque - É inegável o contributo da Igreja na questão indígena de Roraima, mas não podemos ignorar que a sociedade brasileira é anti-indígena e sempre viu os povos originários como um estorvo; infelizmente, jamais foi capaz de perceber valores na vida das comunidades indígenas. Uma mudança de mentalidade, que seria necessária, não acontece por um toque de mágica, mas exige formação e respeito. Essa mudança não pode ser imposta pela lei. A lei e a cobrança da lei podem ajudar, mas uma mudança radical exige, segundo o Papa Paulo VI uma “civilização do amor”. ♦

“A sociedade brasileira é anti-indígena e sempre viu os povos originários como um estorvo; infelizmente, jamais foi capaz de perceber valores na vida das comunidades indígenas. Uma mudança radical (de mentalidade) exige, segundo o Papa Paulo VI, uma ‘civilização do amor’”

MATOPIBA: projeto de destruição do Cerrado

Uma área de mais de 73 milhões de hectares, que corresponde a 8,5% do território brasileiro, foi transformada na última fronteira agropecuária do Brasil pelo governo federal. Nela estão inseridas 46 unidades de conservação ambiental, 36 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas. Empresários de vários países já manifestaram interesse em participar deste megaprojeto do agronegócio.

Egon Heck e Laila Menezes, do Secretariado Nacional do Cimi

O Brasil à venda e a devastação à vista

Quando a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, colocou o Plano de Desenvolvimento Agropecuário Matopiba embaixo do braço e foi para a Ásia, onde permaneceu quase duas semanas no mês de novembro de 2015, vendendo o megaprojeto da última fronteira agrícola do Brasil, juntou-se a fome com a vontade de comer. China, Arábia Saudita, Índia e Emirados Árabes mostraram bastante interesse em investir no Brasil, uma vez que já decidiram parar de produzir grãos por causa da escassez de água em seus territórios.

“O Brasil é um país muito importante para nós. Sei que agora estamos com as pessoas certas e estamos animados para dar início à nossa cooperação”, disse o diretor-executivo Abdulmalik Abdullah Al-Husseini. Já Abdullah A. Al-Dubaikhi, presidente da Salic, empresa que pretende investir na produção de milho, soja, açúcar e carne vermelha no Brasil, afirmou: “Começamos a mapear quais países seriam escolhidos para essa parceria em prol da segurança alimentar do nosso povo. Entre as condições estavam boa relação com a Arábia Saudita, estabilidade política e oportunidades de produção. O Brasil reúne todas essas condições, é um país amigo e estável.”

No início de 2016 mais um passo no ambiente das negociações internacionais foi dado rumo à implantação do Matopiba. Cinquenta empresários e políticos japoneses chegaram a Palmas, capital do Tocantins, para manifestar seu interesse em investir no megaprojeto agrícola. Virão, com certeza, fazer dessa região sua grande e nova base para produção de alimentos, premidos principalmente pela falta de água em seu país.

Os correntões de arrastão que devastaram a maior parte do Cerrado, a partir da década de 1960, voltarão a funcionar. O Cerrado será ainda mais destruído e nele só haverá espaço para o agronegócio e o desenvolvimento do grande capital nacional e multinacional. Chamam isso de progresso. Para o povo da região nada mais é que devastação e, para a população brasileira, no geral, um mal irreparável.

Destruição do modo de vida tradicional

O Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) Matopiba foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 8.447 em maio de 2015. Trata-se da expansão, de forma intensiva, do agronegócio sobre o bioma Cerrado (91% da área total do projeto) e de partes da Amazônia (7,2%) e da Caatinga (1,64%), nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (a junção das siglas destes estados dá nome ao Plano – Matopiba). A área compreendida é de 73.173.485 hectares, abrangendo um total de 337 municípios, sendo 139 no Tocantins, 135 no Maranhão, 13 no Piauí e 30 na Bahia. Nessa área localizam-se 46 unidades de conservação, 36 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas.

Além da sua importância ambiental, o Cerrado tem grande relevância social. Muitas populações tradicionais

sobrevivem de seus recursos naturais, incluindo povos indígenas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos, babaqueiras, vazanteiros e comunidades quilombolas que, juntas, fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro e detêm um conhecimento ancestral de sua biodiversidade. Com cerca de 20 milhões de pessoas, essa é uma das áreas com maior taxa de população rural do país, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O Cerrado é a segunda maior formação vegetal brasileira, superado apenas pela Amazônia. Estendia-se originalmente por uma área de 2 milhões de km², abrangendo dez estados do Brasil Central. Hoje, restam apenas 20% da sua vegetação nativa. Típico de regiões tropicais, o Cerrado apresenta duas estações bem marcadas: inverno seco e verão chuvoso. O solo de savana tropical é deficiente em nutrientes e rico em ferro e alumínio. Do ponto de vista da diversidade biológica, o Cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo.

De acordo com a perspectiva indígena, ao destruir, ainda mais, o Cerrado, em favor do agronegócio, estamos dilacerando a nós mesmos. Como afirma Gercília Krahô, “somos brotos da Terra”.

Berço das águas ameaçadas

Conhecido como “berço das águas”, o Cerrado possui os maiores aquíferos do planeta. Nele estão as nascentes de três bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônia/ Araguaia–Tocantins, São Francisco e Prata), que abastecem seis das oito maiores bacias hidrográficas do país.

Na implementação do Matopiba estão previstas a instalação de 17 poços com profundidade de 240 metros, que pretendem retirar dois bilhões de litros de água do lençol freático, e a construção de dez reservatórios, conhecidos como piscinões, cada um com área de 40 mil m² e cinco metros de profundidade, e capacidade de armazenar 200 milhões de litros de água.

Através da perfuração e retirada de água do subsolo, o Matopiba já utiliza o aquífero Urucua e a bacia hidrográfica do Rio São Francisco para irrigar, por exemplo, a fazenda Sudotex, no município de Correntina, na Bahia. Outro dado preocupante é que, mesmo que a implementação do Matopiba esteja em sua fase inicial, o Aquífero Guarani, considerado o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo, já está contaminado por dejetos de animais, agrotóxicos e resíduos químicos, provenientes da agricultura e da queimada de cana-de-açúcar.

Para quem?

O Matopiba materializa a expansão do modelo de produção no campo praticada pela política agrícola do atual governo, o agronegócio, acelerado ainda mais por vultosos recursos públicos, pelo aumento da concentração da terra e pela participação massiva do capital multinacional. Outro fator que incentiva a realização desses megaprojetos no Brasil é a privação da água em países como o Japão, a China e os Emirados Árabes, dentre outros, que passam a investir na produção de grãos em países com água doce ainda abundante – e, crescentemente, poluída e em processo acelerado de escassez, justamente por conta de projetos como o do Matopiba.



As falácias do

1 Soberania alimentar

“Pesquisadores da Embrapa consideram essa aceleração do crescimento desafiadora, mas acreditam ser possível produzir com sustentabilidade e garantir a soberania e segurança alimentar.”

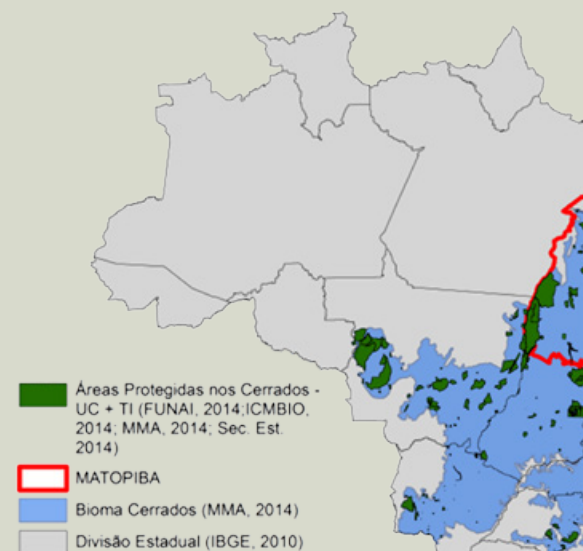
Este discurso dos tecnocratas a serviço do agronegócio é falacioso, pois finge ignorar a lógica do processo de produção deste setor, baseado na monocultura intensiva e na utilização desenfreada de agrotóxicos e sementes transgênicas. E a que segurança alimentar se referem? Todos sabem que a produção do agronegócio alimenta animais e não pessoas.

O agronegócio investe na produção mais lucrativa e rápida possível, não em alimentos saudáveis para a população brasileira. Portanto, não está absolutamente interessado na soberania alimentar.

2 Sustentabilidade e preservação

“Priorizando a produção de forma ordenada, mantendo os recursos naturais e fazendo uso de ferramentas e tecnologias para que o processo produtivo seja sustentável... O sistema produtivo toma as devidas precauções para que cada vez mais contribua com a melhor qualidade da água, do ar e do solo e, conseqüentemente, a qualidade do alimento”.

Como isso é possível quando a abertura de novas áreas agrícolas se dá da mesma forma que na década de 1970? Os correntões de ontem são os mesmos





Povos indígenas, populações tradicionais e assentados da reforma agrária serão diretamente impactados para garantir o enriquecimento de latifundiários e megaempresas brasileiras e estrangeiras

O atual modelo de desenvolvimento do Brasil que prioriza o agronegócio promove a destruição de ecossistemas e a desertificação de extensas áreas, além de exportar bens naturais, como água e energia

agronegócio

correntões de hoje. A devastação é generalizada a ponto de ser possível andar quilômetros entre as monoculturas e não se ver uma única árvore. Os agrotóxicos envenenam, sem restrições, a terra, o ar, os rios, os animais, os próprios alimentos e as pessoas.

A realidade explícita que o agronegócio prioriza a maximização do lucro e não se importa com os severos e irreversíveis impactos socioambientais, culturais e econômicos que causa.

3 Parceria com a agricultura familiar

“A agricultura familiar caminha lado a lado com o agronegócio. A partir do momento que os polos industriais e o agronegócio voltado para o mercado de grãos se estabelecem, ele atrai o desenvolvimento e vilas viram cidades; e as cidades consomem produtos das cestas básicas. Acaba que a agricultura familiar está sendo fomentada junto do agronegócio. Este gera mais empregos e atrai novos investimentos, o que acaba refletindo diretamente na agricultura familiar”.

Essas afirmações, na prática, não se sustentam. Em primeiro lugar, é preciso considerar que o agronegócio recebe o “grosso” dos recursos financeiros governamentais destinados à produção agrícola no Brasil. Para a agricultura familiar, que é o setor que efetivamente produz alimentos no país, são destinadas apenas migalhas. Em segundo lugar, pelo seu modo intrínseco de ser, o agronegócio necessita de cada vez mais terra para se expandir e aumentar, a qualquer custo, a produção. Em terceiro lugar, neste contexto atual, o que ocorre é um definhamento da agricultura familiar, que passa a gravitar e depender do esquema do agronegócio. O pequeno agricultor familiar não sobrevive num mar de monocultura, que utiliza alta tecnologia, mecanização e insumos e defensivos em larga escala.

| BRASIL | Área (ha) | % do Brasil | % dos Cerrados |
|-----------------------------|-------------|-------------|----------------|
| Cerrados | 204.400.331 | 24% | 100% |
| Área Protegida nos Cerrados | 24.824.577 | 3% | 12% |

Fonte: Embrapa

Leila Menezes



Fartura de soja = miséria social

A propaganda do agronegócio associa a expansão acelerada da soja à prosperidade. No entanto, os fatos evidenciam que essa prosperidade só alcança os fazendeiros e as transnacionais vinculados a essa produção. Matéria produzida pela organização Repórter Brasil aponta como um exemplo sintomático desta situação o Projeto Agrícola Campos Lindos, implementado em 1999 no nordeste do Tocantins, a 490 km da capital Palmas. Durante anos, o município de Campos Lindos, na divisa com o Maranhão, foi o campeão estadual de exportação de soja. Em 2008, as vendas externas da localidade somaram US\$ 78,5 milhões, mais de um quarto (26,4%) de tudo o que saiu do estado para fora do país naquele ano. Essa “explosão” foi aditivada, em grande medida, pelo Projeto Agrícola Campos Lindos, que foi implementado apesar de dois processos de “titulação” pública bastante contestados, da ausência de licença ambiental para sua instalação, de ter utilizado trabalho escravo e da remoção de famílias tradicionais que hoje padecem com índices vergonhosos de pobreza.

Criado no papel em 1989 e instituído na prática em 1993, o município de Campos Lindos ocupou o primeiro posto absoluto entre todos os municípios do país no Mapa de Pobreza e Desigualdade, divulgado no final de 2008. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também cruzou dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 com o Censo 2000 e revelou que 84% da população de Campos Lindos vive na pobreza. Mais grave ainda é que 62,4% dos seus moradores estão na extrema indigência, ou seja, não ingerem o mínimo de calorias diárias para sobreviver.

Não por acaso, a terceira colocação nesta lista é ocupada pelo terceiro município tocaninense com maior produção de soja. Em Mateiros, 26,8 mil hectares estão ocupados pelo grão e os pobres constituem 81,5% da população local. O IBGE constatou ainda que os habitantes dos três municípios com maior proporção de pobres do país – Campos Lindos, Muricilândia e Mateiros, todos localizados no Tocantins – consomem, em média, 50% menos do que o padrão ideal de consumo para uma vida regular.

O agronegócio como ele é

Ao contrário do que os argumentos falaciosos pretendem disseminar - a ideia de que o agronegócio beneficia as populações locais e promove um desenvolvimento sustentável -, o que se constata “no chão” é a crescente expulsão das populações rurais para as cidades, a vulnerabilidade extrema das comunidades que acampam na beira das estradas e o aumento da violência e da criminalização das lutas de resistência. Infelizmente, não se trata de fatos isolados, mas de uma realidade que se espalha por todo o país. Abaixo, dois casos explicitam a violência, a expulsão das comunidades e a destruição ambiental que fundamentam o modelo do agronegócio no Brasil.

No dia 12 de novembro de 2015, dona Raimunda e outras 40 famílias camponesas estiveram prestes a ser despejadas de suas terras, na gleba Tauá, em Barra do Ouro, no Tocantins. A ordem judicial partiu do juiz Luatom Bezerra, da Comarca de Goiatins. Dona Raimunda, de 73 anos, chegou à gleba Tauá em 1952. Seus avós já moravam naquela região e lá ela se criou e teve filhos e netos. Como ela, diversos outros posseiros tradicionais vivem na área há mais de 40 anos.

O requerente da ordem de despejo, Emílio Binotto, vindo de Santa Catarina, chegou à Tauá comprando algumas terras tituladas de posseiros antigos para criar gado e, posteriormente, plantar soja. Paralelamente, ele se apropriou irregularmente de áreas da União, que não tinham título. Esse processo de apropriação de terras ocupadas há décadas pelos comunitários deu início aos conflitos agrários na região. Desde então, grileiros e jagunços utilizam diversos tipos de violência para retirar as famílias da área, segundo informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Na última década, o entorno do território do povo Apinajé, na região do Veredão, no município de São Bento do Tocantins, vem sendo desmatado de forma acelerada para o plantio de eucaliptos, a implantação de carvoarias e a criação da pecuária.

Em 2005 um grande eucaliptal foi implantado no extremo norte desta terra indígena. Entre agosto e novembro de 2013 foi desmatada uma extensa área de Cerrado às margens da antiga (Transamazônica) BR 230, entre a cidade de Nazaré e a aldeia Patizal. Essa área desmatada, na divisa sudoeste da área Apinajé, está dentro da terra reivindicada pela comunidade.

As atividades de desmatamento continuaram em 2014, desta vez, próximas à aldeia São José. Neste caso, o proprietário Eloísio Flávio Andrade conseguiu licenças do Instituto Natureza do Tocantins (Naturantins) para a atividade pecuária. No entanto, ele desmatou uma importante área de nascentes nas proximidades das aldeias São José, Prata, Cocal Grande e Bacabinha para o plantio de eucaliptos, o que, certamente, terá dolorosas consequências futuras não apenas para as populações tradicionais, camponesas e povos indígenas, que são cada vez mais pressionados a ceder suas terras à expansão do agronegócio ou viverem ilhados pelo mesmo. ♦

Inconstitucionais

Em apenas uma palavra o renomado jurista José Afonso da Silva, um dos maiores constitucionalistas do Brasil, define as teses sobre “marco temporal” e “renitente esbulho”, criadas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal para anular demarcações de terras indígenas. Em parecer (*ver resumo abaixo*), ele condena a decisão do STF de cancelar a ampliação de terras indígenas, por considerá-la também inconstitucional.

Assessorias de Comunicação e Jurídica

Três terras indígenas tiveram suas demarcações anuladas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) desde setembro de 2014, e diversas outras estão nas mãos dos ministros da Corte. As decisões partiram da 2ª Turma do STF baseadas nas controversas teses jurídicas do “marco temporal” e “renitente esbulho”. Atingiram, primeiramente, as Terra Indígena (TI) Guyaroká, dos Guarani e Kaiowá, e a TI Limão Verde, dos Terena, povos do Mato Grosso do Sul, estado onde o conflito fundiário faz mais vítimas no país.

No Maranhão, os Canela-Apãnjekra tiveram anulada a portaria (de 2009) de revisão de limites da TI Porquinhos, pois o STF baseou-se na aplicação automática da vedação de ampliação, estabelecida pela Petição 3.388 sobre a demarcação da TI Raposa Serra do Sol, de Roraima, além da interpretação restritiva da ideia de “esbulho renitente”. Há uma aplicação equivocada de duas condicionantes impostas ao caso que não teriam efeito para outras demarcações, conforme entendeu o plenário do Supremo ao julgar os embargos declaratórios em outubro de 2013. As atuais decisões ferem também as recomendações da Comissão Nacional da Verdade para reparação dos povos indígenas pelos massacres e pelas remoções forçadas que sofreram de 1946 a 1988 e ignoram por completo as atrocidades cometidas neste mesmo período denunciadas pelo Relatório Figueiredo.

Marco temporal é...

A tese do “marco temporal” é a de que o direito dos povos indígenas à posse de seus territórios tradicionais teria como condição a presença das comunidades nas terras que reivindicam no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal ou a disputa jurídico-formal ou em vias de fato (disputa física) pela posse do território – *leia mais sobre esbulho renitente nesta página*. Cabe ressaltar que nesses três processos recentemente julgados pela 2ª Turma do STF, os indígenas não foram chamados ao processo e, portanto, não foram reconhecidos como sujeitos de direitos. Nesse sentido, é como se até hoje eles permanecessem como tutelados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) ou pelo Estado brasileiro.

Inconstitucional porque....

Segundo o parecer do jurista José Afonso da Silva: “Não é correto interpretar a atual Constituição como se ela tivesse limitado os direitos ordinários dos povos indígenas às suas terras ao estado da ocupação em 5 de outubro de 1988, impedindo demarcação para etnias que só conseguiram retornar a suas terras depois dessa data.

A questão posta pelo quesito se prende ao conceito de *marco temporal*, fixado pelo acórdão da Petição 3.388 na data da promulgação da Constituição de 1988, ou seja, *5 de outubro de 1988*. Não é correta a fixação de um marco temporal coincidente com a data da promulgação da Constituição

de 1988. O termo ‘marco’ tem sentido preciso. Em sentido espacial, marca limite territorial. Em sentido temporal, como é o caso, marca limites históricos, ou seja, marca quando se inicia algum fato evolutivo. O documento que marcou o início do reconhecimento jurídico-formal dos direitos dos índios foi a Carta Régia de 30 de junho de 1611, promulgada por Felipe III, que firmou o princípio de que os índios são senhores de suas terras, ‘sem lhes poderem ser tomadas, nem sobre elas se lhes fazer moléstias ou injustiça alguma’.

Aqui temos inequivocamente um marco temporal: o reconhecimento dos direitos originários dos índios sobre as terras que ocupam. Outro marco nessa continuidade histórica está no reconhecimento constitucional desses direitos, por que, neste caso, temos um marco temporal? Porque se dá àqueles direitos uma nova configuração jurídico-formal, retirando-os das vias puramente ordinárias para consagrá-los como direitos fundamentais dotados de supremacia constitucional. Isso se deu com a Constituição de 1934, cujo art. 129 os acolheu numa síntese essencial. Demais Constituições deram continuidade a essa consagração até à Constituição de 1988 que acrescentou outros direitos, como se pode ver do art. 231. Mas, no que tange aos direitos originários sobre terras indígenas, foi a Constituição de 1934 que marcou seu início. Portanto, se há um marco temporal a ser assinalado este é o da data da promulgação da Constituição de 1934, qual seja *16 de julho de 1934*.

A Constituição de 1988 é muito importante na continuidade desse reconhecimento constitucional, mas é o último elo da cadeia; portanto, não é o marco, e deslocar o marco temporal da data da promulgação da Constituição de 1934 para ela corresponde a fazer um corte violento nessa continuidade, deixando milhares de índios e suas comunidades ao desamparo, o que, no fundo, é um desrespeito às próprias regras e princípios constitucionais que dão garantia aos direitos indígenas”.

“A tese do marco temporal desconsidera direitos anteriores à Constituição de 1988, já que documentos coloniais já estabeleciam os direitos dos índios sobre as terras ocupadas e a Constituição de 1934 é a primeira a acolher expressamente o indigenato, pelo qual se reconhece que os direitos dos povos indígenas sobre os territórios que ocupam são originários”

Renitente esbulho é...

Exigir que as comunidades comprovem que resistiram à invasão de seus territórios, através de conflito físico ou de reivindicação judicial da posse das terras que lhes foram esbulhadas.



“O esbulho é praticado pelos não índios e a solução do conflito deveria recair sobre esses esbulhadores e não sobre os índios quando se exige deles que, mesmo iniciada no passado, sua resistência persista até o marco demarcatório temporal”

Inconstitucional porque....

De acordo com o parecer de José Afonso da Silva:

“À luz do reconhecimento dos direitos originários sobre as terras indígenas pela Constituição não é correta a interpretação do instituto do ‘renitente esbulho’, aos conflitos que envolvem Terras Indígenas. Pois, esses não são conflitos tipicamente possessórios na forma caracterizada pelo direito civil, porque a ocupação indígena de suas terras não é uma mera posse como tal conceituada no direito civil. Os índios as ocupam com fundamento no indigenato, ou seja, com base nos direitos originários sobre ela, de sorte que quando o não índio se apossa dessas terras, ele não retira apenas a posse dos índios sobre elas, mas um conjunto de direitos que integram o conceito de indigenato.

Independentemente disso, ainda assim não é correta a interpretação restritiva de esbulho renitente como controvérsia possessória judicializada; primeiro, porque a controvérsia não é tipicamente possessória, ou seja, não é uma disputa individual em que um possuidor retira a posse do outro, pois os direitos ordinários dos índios sobre a terra não pertence a eles como indivíduos, mas às comunidades indígenas; demais os índios e as comunidades indígenas antes da Constituição de 1988 não tinham legitimidade processual, pois estavam sujeitos ao regime tutelar, de sorte que exigir deles o cumprimento de ônus, qual seja a defesa das terras que ocupam, que são de propriedade da União, e que, pela sua situação de tutelado, não podem cumprir, é desconhecer que o direito se interpreta em relação ao contexto em que incide, sem levar em conta que a Constituição lhes garante também sua organização social, costumes e tradições. Demais, os direitos constitucionais dos índios são de natureza protetiva de minorias, e como tal devem ser interpretados sempre de modo favorável aos beneficiários, não se lhes impondo ônus fora de sua situação vivencial”.



Vedar a ampliação de terras indígenas é inconstitucional porque...

Após analisar o caso da TI Porquinhos, o professor afirma em seu parecer:

“Na minha avaliação não está correta a condicionante que determina a vedação de ampliação de terras indígenas já demarcadas. Não há nada na Constituição que sufrague nesse entendimento.

Vale, pois, dizer, em resumo: os direitos originários dos índios sobre as terras por eles ocupadas tradicionalmente precedem à demarcação delas, que essa demarcação é um direito dos índios constitucionalmente estabelecidos, que esse direito à demarcação só será totalmente satisfeito quando abrange todas as áreas por onde se estendem aquelas terras. Logo, sempre que a demarcação cobrir limites inferiores a essas terras, seus ocupantes têm direito à correção para que a demarcação abranja a totalidade da área. Isso vale tanto para as demarcações realizadas posteriormente à data da promulgação da Constituição de 1988 como para as realizadas antes, porque, se os direitos precedem à demarcação, os índios continuam a ter direitos originários sobre a parte das terras que ficou fora da demarcação, porque essas terras são *inalienáveis* e *indisponíveis* e os direitos sobre elas *imprescritíveis* (art. 231, § 4º) e porque são nulos, não produzindo nenhum efeito, eventual ocupação, domínio ou posse de não índio que porventura tenha recaído sobre ela.

Essa imprescritibilidade constitucionalmente estabelecida afasta a incidência da regra prevista no art. 54 da Lei 9.784, de 1999, invocada no caso em apreço.

Independentemente disso, o citado dispositivo só se aplica nas relações obrigacionais entre União e administrados, em que o ato administrativo a seu anulado gere efeitos favoráveis para os destinatários. Não é disso que se trata no caso de revisão da demarcação para ampliá-la. Primeiro, não se trata de anulação do ato existente, mas de sua retificação. Segundo, isso não constitui efeito favorável aos destinatários, os índios, porque se trata de compor direito preexistente ao ato a ser revisto, a demarcação”.

Direitos originários e extrapolação legal

Sobre vedação de ampliação de TI demarcadas, o jurista José Afonso é enfático no parecer:

“Da Constituição se extrai que, sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, incidem os *direitos de propriedade* e os *direitos originários*. Declara-se, em primeiro lugar, que *essas terras são bens da União* (art. 20, XI) como uma forma de propriedade vinculada com o fim de garantir os direitos originários dos índios sobre elas; assim, consagra uma relação jurídica fundada no *instituto do indigenato*, como fonte primária e congênita da posse territorial, consubstanciada no art. 231, § 2º, da Constituição.

O direito dos povos indígenas às suas terras de ocupação tradicional configura-se como um direito originário e, conseqüentemente, o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas reveste-se de natureza meramente declaratória

Esses direitos são *direitos fundamentais dos índios*, que podem ser classificados na categoria de *direitos fundamentais de solidariedade*, tal como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. *Direitos de solidariedade*, porque têm, ao mesmo tempo, uma dimensão ‘individual’ e uma dimensão ‘coletiva’, uma vez que concernem à pessoa humana: o *índio* como tal, assim como as coletividades humanas: as comunidades indígenas. São direitos supraestatais e, pois, direitos absolutos, natureza essa que lhes confere a garantia de permanência, pois não podem ser eliminados”.

“A situação calamitosa para os índios com a fixação do marco temporal de ocupação na data da promulgação da Constituição de 1988 se agrava consideravelmente com o conceito de ‘renitente esbulho’ dado pelo julgado do caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol... Aí se vê a conjugação dos dois conceitos, pelos quais se subtraem os direitos dos índios em favor de usurpadores de suas terras. Há vários absurdos anti-índios nessa configuração do renitente esbulho”.

“A Procuradoria-Geral da República, percebendo a extrapolação legal e constitucional do julgado, impugnou-o por meio de agravo de declaração, sustentando, com razão, que os princípios democráticos e da divisão de poderes impõem limites para esta atividade normativa do STF, que foram ostensivamente ultrapassados no caso”



José Afonso da Silva e o parecer

Considerado por seus pares um dos maiores constitucionalistas da nossa história, este jurista foi agraciado com a Medalha Rui Barbosa, a mais alta comenda da advocacia brasileira. Professor titular aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), José Afonso gosta de firmar sua origem humilde e de lembrar que toda sua prática como jurista sempre foi pautada na garantia dos direitos fundamentais do ser humano. Com atuação destacada na elaboração da Constituição de 1988, foi também procurador e secretário de Segurança. É reverenciado por sua inteligência e cultura jurídica, sendo referência em todas as instâncias da prática judicial brasileira.

O parecer sobre “marco temporal”, “renitente esbulho” e limitação de ampliação das terras indígenas foi elaborado a partir de uma consulta feita pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, professora aposentada da USP e da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos. Endossaram o pedido da ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia, o professor da Faculdade de Direito da USP, Samuel Rodrigues Barbosa, a Associação Juízes pela Democracia (AJD), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Instituto Socioambiental (ISA), a campanha Índio é Nós e o Centro de Estudos Ameríndios da USP.

Assine o **PORANTIM**



EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios



adm.porantim@cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

Por direitos, povos fazem rituais nas cúpulas do Congresso

Tiago Miotto, Assessoria de Comunicação

Mais de mil indígenas de todas as regiões do Brasil ocuparam no dia 16 de dezembro de 2015 a cúpula da Câmara dos Deputados, em protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 e os diversos ataques que os povos originários vêm sofrendo por parte do Congresso Nacional.

Entre gritos de “Fora Cunha”, “Não à PEC 215” e diversos cantos e rituais tradicionais dos mais de 100 povos que estavam representados no protesto, os indígenas circularam a cúpula da Câmara, cantando, e depois desceram a rampa do Congresso em direção ao gramado.

Sem autorização e nem convite, os indígenas ocuparam o teto da chamada “Casa do Povo”, uma semana depois de povos do Tocantins e do Pará terem sido impedidos pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de participar da atividade de comemoração aos vinte anos da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, para a qual eram convidados.

A ocupação, além de um ato político, foi também um ato simbólico. Enquanto, do lado de dentro, ruralistas e outros congressistas financiados pelo agronegócio, pelas mineradoras e por outros grandes grupos econômicos atuam para acabar com os direitos que garantem a existência e a autodeterminação dos povos indígenas, do lado de fora, os indígenas realizaram cantos e rituais tradicionais, demonstrando que resistem com sua cultura, sua tradição e sua ancestralidade, apesar de todos os ataques que sofrem por parte dos deputados ruralistas e seus aliados.

Após cerca de uma hora de danças e rituais no topo do Congresso, os indígenas resolveram descer até o gramado. Quando a maioria já estava na parte gramada, um grupo de indígenas sobre a rampa foi atingido por gás de pimenta, fazendo com que vários indígenas escondessem o rosto para se proteger do cheiro asfíxiante.

“A importância dessa ação aqui, hoje, é mostrar que nós não estamos concordando com o que esse Congresso está fazendo. E nós temos demonstrado isso ano após ano, desde 2011 estamos fazendo manifestações contínuas e dizendo pra eles: ‘parem, parem antes da coisa piorar’. Porque não dá para que eles insistam em violar direitos dos povos indígenas. Então, estamos aqui, mais uma vez, reafirmando nossos direitos e dizendo que nós não aceitamos a PEC 215, a PEC 038 e todas as violações que estão fazendo”, afirmou o cacique Babau Tupinambá, da Bahia.

Além destas, outra perigosa frente de ataque contra os povos indígenas, hoje, é a CPI da Funai. Ela foi instalada pelos mesmos deputados ruralistas que aprovaram o novo relatório da PEC 215 e pretende deslegitimar o órgão federal responsável por realizar os estudos para a demarcação de terras. Para atingir esse objetivo, os ruralistas têm convocado para a sessão personagens como o antropólogo Edward Luz, que tem posições notadamente anti-indígenas e foi expulso da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) por suas posturas antiéticas. ♦



Contra o retrocesso de seus direitos constitucionais, indígenas de mais de cem povos ocuparam o Congresso, mais uma vez; dessa vez, do lado de fora

Clovis Cassupá: um defensor da vida

Cimi Regional Rondônia

Um guerreiro continua sua jornada, seguindo com passos firmes e destemidos para encontrar-se, finalmente, com outros espíritos guerreiros que traçaram na vida a esperança de nunca desistir daquilo que acreditam ser a sua razão de ser.



Arquivo Cimi

O guerreiro Clovis Cassupá, nascido em 8 de outubro de 1952, inicia uma nova batalha na mesma luta de alcançar uma Terra Sem Males, liberta da escravidão. Durante sua existência, ele jamais deixou de lutar por seu território tradicional na região da Cachoeira, conhecida como Cascata, à margem esquerda do Rio Pimenta Bueno, no município de Chupinguaia, em Rondônia. Não descansou até ver dias melhores para seu povo. Com isso, a conquista tão almejada chegou e tiveram o seu território demarcado na BR-364, Km 5,5, município de Porto Velho. Desde o dia 9 de dezembro de 2015 Clovis Cassupá está junto de seus antepassados. De lá, continua a inspirar todo o povo Cassupá na luta por seus direitos e em defesa de sua dignidade, pois um guerreiro nunca morre, só des cansa pra outra batalha.

Os maracás estão tocando, cocares são adornados, acolhendo o espírito deste guerreiro corajoso. ♦

Após retomadas, Gamela sofrem ataques

Após cerca de cem indígenas Gamela, das aldeias Taquaritia, Centro de Antero, Nova Vila e Tabocal, terem feito duas retomadas de parte de seu território tradicional na zona rural do município de Viana, no Maranhão em 30 de novembro e 2 de dezembro de 2015, uma série de perseguições, ataques e intimidações tem ocorrido na região recém-ocupada por eles.

Na noite de 1º de dezembro, pistoleiros atiraram contra o acampamento, causando desespero entre os indígenas, ainda que ninguém tenha ficado ferido. Na noite seguinte (2), uma Toyota Hilux preta parou na estrada próxima ao acampamento. O motorista acendeu os faróis altos em direção aos índios e um atirador efetuou disparos. Não se sabe quantas pessoas participaram do atentado. Depois do ataque, duas viaturas da polícia foram enviadas para o local, onde ficaram até cerca de 2h da manhã. Ninguém ficou ferido. Testemunhas dizem que a Hilux preta continuou rondando o acampamento indígena na manhã de hoje (3/12).

Após a realização de uma assembleia, nos dias 27 e 29 de novembro, realizada pelo povo Gamela em conjunto com outros povos originários, como os Krenyê e os Ka'apor, e organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), foi decidida a retomada de duas fazendas que incidem sobre o território tradicional de 14 mil hectares reivindicados pelos Gamela.

Há anos, os Gamela vêm sofrendo com a grilagem e a destruição de árvores e plantas importantes para sua sobrevivência, como é o caso dos açajais. Recentemente, eles iniciaram um processo de luta pela recuperação de sua identidade e do seu território.

Solidários

Frente a essa situação, mais de 85 povos, movimentos sociais, sindicais e comunidades tradicionais assinaram uma nota em solidariedade à luta dos Gamela, em que afirmam: “a retomada de parte do território tradicional é um ato insurgente, que mexe com grupos que historicamente dominaram e dominam o poder político e econômico naquela região”.

Eles também repudiam as ações de retaliação iniciadas pelos fazendeiros (que incluem, além dos disparos já efetuados por pistoleiros, ameaças de morte, aliciamento de jovens com promessas irreais ou precárias de emprego nas cidades, desmatamento dos recursos naturais e destruição de espaços sagrados e simbólicos) e exigem, da Funai, a criação imediata de um grupo de trabalho para o estudo das terras Gamela e, do governo do Maranhão, que garanta a segurança dos indígenas neste momento de tensão. ♦

Munduruku, Karajá, Krahô e Apinajé denunciam desmandos à ONU

Assessoria de Comunicação

Três lideranças dos povos indígenas Karajá de Xambioá, Krahô e Apinajé, do Tocantins, e outras três Munduruku, do Pará, foram recebidas no dia 10 de dezembro de 2015 pela Assessoria de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em Brasília, para falar sobre a situação de violações e ataques que enfrentam atualmente.

Os indígenas falaram a respeito de suas preocupações com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 e todos os danos que ela causaria, caso aprovada, nas terras indígenas demarcadas e não demarcadas e em todos os povos indígenas do Brasil. Eles também falaram sobre o aumento da violência e as situações em que ela é praticada, inclusive, por agentes do próprio Estado brasileiro.

Maria do Socorro, do povo Karajá de Xambioá, Gecilha Crukoy, do povo Krahô, e Antônio Apinajé, cujo povo tem este mesmo nome, representaram as lideranças dos povos do Tocantins e manifestaram sua preocupação com o Matopiba (*leia mais nas páginas 8 e 9*).

Alessandra Munduruku, Juarez Munduruku e João de Deus manifestaram a enorme angústia que seu povo tem em relação à previsão de construção de 40 hidrelétricas na bacia do Rio Tapajós. Uma das maiores preocupações do povo é a implementação da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, tratada como prioritária pelo governo federal, que impacta diretamente a Terra Indígena Sawré Muybu, e pode inviabilizar a sobrevivência dos Munduruku ao alterar a dinâmica do Rio Tapajós.

“Na verdade, o governo não cumpre a Convenção 169, que diz assim: ‘consulta prévia, informada e livre’. Mas o governo não está fazendo isso. Ele faz a barragem como



Os Munduruku denunciaram à ONU a desafiadora realidade que vivem: a construção da usina São Luiz do Tapajós ameaça a sobrevivência do povo

se fosse escondida. O governo está atropelando a lei, está enganando o povo brasileiro. Isso é ruim para nós, o povo indígena”, afirmou o Munduruku João de Deus.

Em 2015, o Greenpeace realizou um estudo no qual identifica as diversas falhas do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da usina de São Luiz do Tapajós, que apresenta uma série de irregularidades e omissões. A Justiça Federal proibiu o governo federal de licenciar a usina sem antes realizar a Consulta Prévia, Livre e Informada estabelecida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

As informações recebidas pela assessora de Direitos Humanos da ONU serão repassadas ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), em Genebra. ♦

“É preciso desgovernizar, descolonizar e destutelar a educação”

Egon Heck, do Secretariado Nacional

Após dois dias de debates e reflexões sobre os desafios e graves problemas enfrentados nas aldeias e comunidades indígenas de todo o país, 120 professores indígenas, de 33 povos de 11 estados, decidiram, no dia 3 de dezembro de 2015, criar uma ferramenta própria do movimento, para unir as forças e fortalecer a mobilização na defesa dos direitos de seus povos.

Desse modo, foi criado o Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, como espaço de diálogo, articulação e luta. Ele é resultado de uma caminhada do movimento dos professores indígenas em nível local, regional e nacional. Nas últimas décadas, os professores indígenas fizeram um importante processo de articulação

e organização por regiões e povos. A precarização da educação escolar nas aldeias, desde o ensino fundamental até às universidades, consolidou um processo de luta e construção de uma educação diferenciada, intercultural multilíngue e comunitária. Porém, os entraves das políticas colonialistas impediram mais avanços neste processo.

O professor Gersen Baniwa avalia que, apesar de algumas conquistas e avanços, existe um impasse para consolidar novos passos na construção e consolidação dos projetos de autonomia e autogestão nos territórios indígenas. E isso só é possível enfrentar com consciência política e étnica, através da formação política dos professores e lideranças e da luta. Ressaltou que na década de 1980 o movimento indígena tinha clareza da necessidade de

demandar seus direitos e formava seus quadros no dia a dia daquele contexto. “Hoje sentimos a falta dessa formação”.

“Apesar de uma formação acadêmica sempre maior dos professores indígenas, o que se precisa na verdade é que das universidades saiam guerreiros e não pessoas subservientes ao sistema”, afirmaram participantes do encontro. Ao avaliar o quadro atual da educação indígena, Gersen enfatizou que “precisamos desgovernizar (não nos deixar subjugar pelo poder/governo), descolonizar e destutelar”.

A presença de lideranças religiosas e políticas foi um dos aspectos assertivos no encontro, já que é através da conjugação das forças espirituais, culturais, políticas e as dos territórios que se conseguirá superar o sistema colonizador capitalista. ♦

Pauta Indígena

01/12

- Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares divulga moção de apoio à luta dos povos indígenas e quilombolas

02/12

- Fazendeiros voltam a atacar povo Guarani e Kaiowá de Nhandaru Maragatu após saída do Exército
- Nilson Leitão, ruralista da PEC 215, é mais uma vez alvo do STF, agora por superfaturamento de obras no MT

3/12

- Indígenas Gamela sofrem ataque a tiros em retomada
- Conselho Missionário do Mato Grosso do Sul divulga carta de apoio ao Cimi e aos povos indígenas
- Devassa ruralista na Funai e no Incra

7/12

- MPF vai investigar possível tentativa de envenenamento de crianças indígenas em Mato Grosso
- Indígenas ocupam polo base da Sesai em Cacoal (RO)
- Indígenas Guarani e Kaiowá de Tey'i Juçu lutam contra o despejo de terra já identificada pela Funai
- Paulo Corrêa e Mara Caseiro desmoralizam Legislativo do MS com ignorância e manipulações

8/12

- O Brasil indígena se mobiliza
- Fazendeira que incitou e liderou ataque contra Nhandaru Maragatu depõe na CPI do Cimi
- Eleitos por misericórdia, enviados para servir 09/12
- Em Brasília, indígenas manifestam-se contra Matopiba, usinas hidrelétricas e a PEC 215
- “Retomadas são motivadas pela falta de perspectiva fora das terras tradicionais”, afirma Terena

11/12

- Eduardo Cunha barra indígenas
- Chuva ameniza fogo na Terra Indígena Caru, no MA, mas situação ainda é crítica

12/12

- O ideólogo do agronegócio e o genocídio

14/12

- Primeira Conferência Nacional de Política Indigenista (CNPI) começou hoje

15/12

- MPF denuncia ação etnocida e pede intervenção judicial em Belo Monte
- Pistoleiros paraguaios atacam a tiros acampamento de Kurusu Ambá e procuram liderança do povo
- Irmãs Franciscanas do Centro Oeste divulgam carta de apoio ao Cimi e aos povos indígenas do MS

16/12

- Dilma afirma que é contra a PEC 215 e promete homologações nesta semana
- CPI do Cimi vira palanque para intimidações e exposição de missionários da entidade

17/12

- Projeto que aumenta risco de impactos e desastres ambientais pode ser votado no plenário do Senado

Eu, leitor, à espera de notícias sobre um bebê indígena assassinado

Bebê Kaingang é degolado no litoral de Santa Catarina; percorro os jornais para obter mais informações e ver a comoção; mas devo estar distraído, onde estão as notícias?

Alceu Luís Castilho, *Jornalista*

Ele tinha dois anos e foi assassinado. Um homem o atacou enquanto sua mãe o amamentava. Passou a faca em seu pescoço. Estivesse no Guarujá, ou na Barra, sua morte teria gerado uma comoção nacional. Mas não. Ele estava numa rodoviária. Em Imbituba, no litoral sul de Santa Catarina. Chamava-se Vítor Pinto, morava em Chapecó, na divisa com o Rio Grande do Sul. Era um bebê indígena.

Vi ontem a notícia no G1, o portal da Globo: “Menino indígena de 2 anos é morto em frente a rodoviária no Sul de SC”. Na hora, pensei: isso é uma notícia nacional. Internacional. Mania de jornalista. Pensar na repercussão. Isso não significa indiferença, pelo contrário. Significa querer que essa vida seja percebida. Que os indígenas sejam respeitados. Outros casos, evitados.

Por isso fiquei esperando os jornais, nesta manhã de quinta-feira, último dia de 2015. Sem muita esperança. Pensei: vai virar uma notinha. Em pé de página. Um registro protocolar na Folha, no Estadão, talvez um pouco mais no Globo, já que foi o G1 que deu a notícia. Sem exclamação – sem chamada de primeira página, a condição para que um fato seja considerado realmente importante pelo jornal.

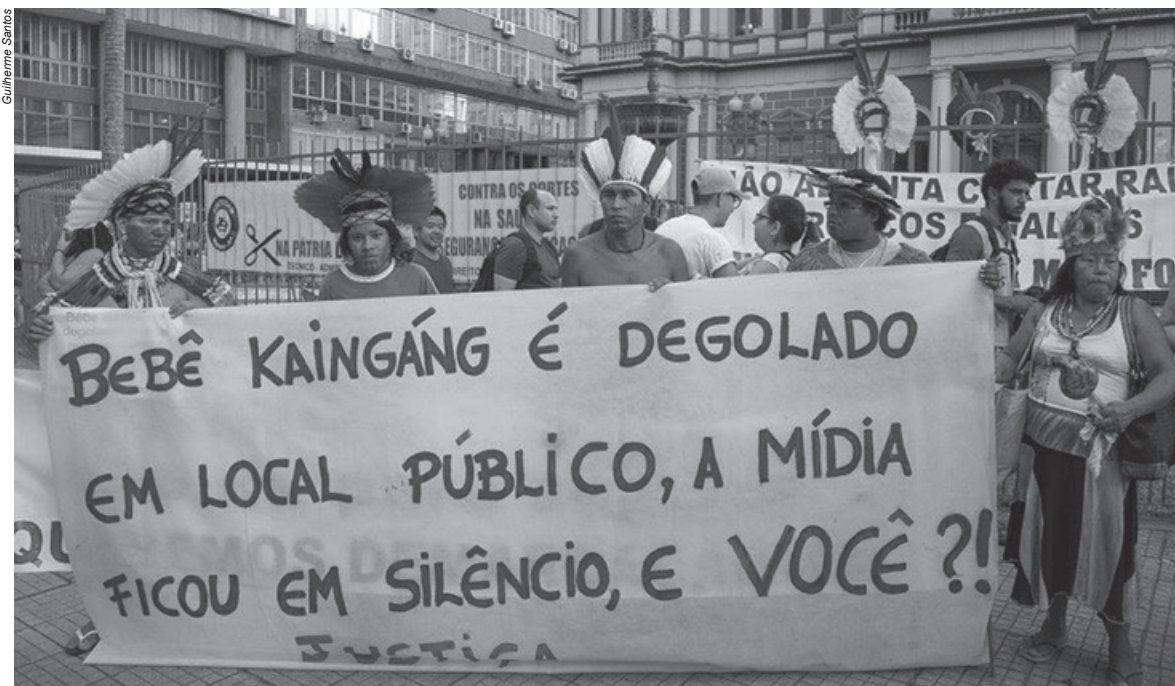
Abri a Folha. Caderno Cotidiano. Nada. Nem uma linha. Li de novo. Não achei. Pensei: bom, talvez tenha ido somente para a última edição, de São Paulo, já que eu não estava na cidade. Muito embora, ao lado, a edição de esportes registrasse o jogo do Barcelona no campeonato espanhol – que aconteceu depois. Tinha Neymar, tinha Messi, tinha a São Silvestre. Mas nada de Vítor.

Nada também na última edição da Folha. E no Estadão? Caderno Metrópole. Nada. Textos sobre monorrinho, escolas “invasivas”. Um abre de página sobre uma obra no porto, no Rio, que “causa problemas a turistas”. Abaixo, uma não-notícia sobre a lentidão na Imigrantes na saída do feriado. Esportes. “Jean não vem mais”. “Lugano está perto”. Vítor? Um bebê indígena de 2 anos esfaqueado? Nem um registro.

O Globo. Pensei: aqui teremos uma nota. Talvez um título no meio da página. A foto da RBS (retransmissora da emissora na região Sul) com os chinelos de Vítor. Procuo. Vejo a capa. Uma queniana com um cocar – uma competidora da São Silvestre. A foto principal é de guardas armados na Praia de Copacabana. Na manchete, a alta do dólar. Pedaladas. Vinhos chilenos. O arremedo do mundo na capa de um jornal.

Internamente, estará lá – decidido. Folheio. Um artista plástico diz que as fronteiras “mudam com o passar das nuvens”. Abaixo, foto dos 30 jornalistas escalados para cobrir o réveillon no Rio. Páginas seguintes: microcefalia. Médicos cubanos. El Niño – não o menino Vítor, mas o fenômeno climático. Aécio recebeu propina? Anúncio da Tele Rio: “Feliz 2016”. Uma série sobre os dez crimes que chocaram o Rio.

“Estudante é morto a tiros no Jacarezinho”. Abaixo da previsão do tempo. Wesley levou três tiros. Mais



A dor e morte de indígenas não sai nos jornais... Para a imprensa ele era apenas “mais um índio, com o destino degolado”

uma vítima da polícia pacificadora. 15 anos. Devo estar chegando na notícia sobre Vítor. Mas não. Vejo o obituário. Preço para avisos religiosos e fúnebres. Em um dia útil, o valor mínimo é de R\$ 1.062,00, para uma coluna com altura de 3 centímetros. O valor máximo é de R\$ 14.340,00. Três colunas de 10 centímetros.

Quantos centímetros tinha Vítor? Nos principais jornais brasileiros, não ganhou nenhum. Pelo site do Zero Hora, o jornal gaúcho da rede RBS, sou informado de que o assassinato teve endereço certo. “A suspeita dos policiais militares é que o homem estaria incomodado com a presença dos indígenas no local”, diz o texto. A mãe pertence à etnia Kaingang. É de Iraí (RS). Ou seria de Chapecó? Vende artesanato no litoral catarinense.

No dia 22, o site Desacato informava que famílias Kaingang – também do Rio Grande do Sul – estavam sendo “convidadas a se retirar” da rodoviária de São Miguel do Oeste, no outro extremo de Santa Catarina. Todo ano eles vendiam artesanato no local. Mas deram a eles lonas para continuarem o comércio num ponto

atrás do cemitério. “Choveu, nós molhamos tudo, e lá na rodoviária não se molhava porque a gente ia na rodoviária se proteger”.

Neonazistas são suspeitos

A seção regional Sul do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) emitiu nota hoje, 31 de dezembro, manifestando indignação com o assassinato. O texto traz o seguinte parágrafo:

“Informações colhidas na delegacia por um advogado que acompanhou a família Kaingang dão conta de que esse cruel assassinato pode estar relacionado a ações de grupos neonazistas ou de outras correntes segregacionistas, que difundem o ódio e protagonizam a violência contra índios, negros, pobres, homossexuais e mulheres”.

Este texto foi originalmente publicado no site *Outras Palavras*, em 31 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://outraspalavras.net/alceucastilho/2015/12/31/eu-leitor-a-espera-de-noticias-sobre-um-bebe-indigena-assassinado/>

Assassinato não estragou a queima de fogos de artifício

Em sua nota, o Cimi Regional Sul manifesta profunda indignação com o cruel assassinato do menino Vítor, num local que a família Kaingang imaginava ser seguro. As rodoviárias são espaços frequentemente escolhidos pelos Kaingang para descansar, quando se deslocam das aldeias para buscar locais de comercialização de seus produtos.

O Cimi Sul ressaltou que foi “um crime brutal, um ato covarde, praticado contra uma criança indefesa, que denota a desumanidade e o ódio contra outro ser humano. Um tipo de crime que se sustenta no desejo de banir e exterminar os povos indígenas”.

A nota do Cimi foi uma das raras manifestações contra o absurdo crime e deu rosto à vítima, humanizando-a. Esclareceu que a família de Vítor era originária da Aldeia Kondá, no município de Chapecó, oeste de Santa Catarina, evidenciando

que o bebê não era apenas mais um índio com o destino degolado.

Vítor Kaingang era uma criança que estava na rodoviária, tinha irmãos, pais, avós e uma história antiga; perderam a terra, moravam em barracas, abrigavam-se da chuva e vendiam artesanatos.

O menino, vítima de um sorrateiro criminoso cheio de ódio, morreu em silêncio, quase sem ninguém ver, quase sem ninguém registrar, sem ninguém se indignar, na virada do ano. Os poucos que se importaram tiveram a impressão de que, naquela noite, os fogos de artifícios, ao explodirem, jorraram o sangue de Vítor. Mas a visão se apagou rápida, como os fogos. Quase ninguém soube da notícia, que não “estragou” as manchetes de final de ano. No dia seguinte, era “ano novo, vida nova”. Página virada, sem espaço para falar de um menino índio, que não teve direito a um bom destino.

O abraço da sabedoria

O Abraço da Serpente foi considerado por críticos “o cumprimento de uma épica missão para encontrar-se a si mesmo e, então, ver tudo recomeçar sob uma outra égide, um novo olhar, um novo significado”.

Railda Herrero, Jornalista e Colaboradora

O filme *O Abraço da Serpente* é uma profunda viagem antropológica, etnográfica e sociológica em duas fases, guiadas pelo xamã amazônico Karamakate. Na primeira fase, o personagem que chegou de fora foi inspirado no alemão Theodor Koch-Grünberg, etnologista e pioneiro da fotografia antropológica. Ele busca a cura através de uma planta lendária e poderosa, conhecida somente pelo xamã, provável último sobrevivente de seu povo. O detentor da sabedoria ancestral vive isolado na selva, sem lembranças, devastadas com o Ciclo da Borracha.

Na segunda fase desse filme, que também é uma profunda viagem histórica, etnobotânica, geográfica e espiritual por uma parte da Amazônia, o personagem de fora busca a capacidade de sonhar. E só a planta yakruna, com uma flor mítica fictícia, que o xamã sabe onde encontrar, também pode dar a resposta a esse buscador. O personagem, inspirado no estadunidense Richard Evans Schultes, viaja nas pegadas dos escritos e fotos do primeiro buscador.

Schultes é considerado o pai da etnobotânica moderna. Calcula-se que tenha catalogado 24 mil espécies de plantas medicinais utilizadas por povos nativos. As expedições de Schultes no Alto Amazonas, a partir de 1941, foram determinantes para o conhecimento sobre povos do norte do Brasil e da Amazônia venezuelana. Este etnobiólogo se destacou pelo estudo das propriedades farmacológicas de muitas plantas e cogumelos de uso em rituais indígenas com propriedades enteogênicas ou alucinógenas.

Os escritos de Koch-Grünberg serviram como base documental rara sobre os povos dos rios Negro, Xingu, Japurá e Orinoco. Suas obras inspiraram historiadores, indigenistas e escritores. Destacam-se *Começo da Arte na Selva*; *Dois Anos Entre os Indígenas: Viagens no Noroeste do Brasil*; e *De Roraima ao Orinoco: Resultados de uma Viagem no Norte do Brasil e na Venezuela nos anos 1911-1913*. As lendas e costumes dos povos nativos do Brasil e do norte da América do Sul, registradas por Grünberg, foram fontes de inspiração para Mário de Andrade criar *Macunaíma*, em 1927.

Cura da terra, do corpo e da alma

No filme, a épica busca pela cura - do corpo e da alma - vai se entrecortando em duas épocas, tendo como fio que conduz o xamã em duas fases - jovem e idoso. Ora a história se passa no início dos anos 1900, época do alemão pesquisador; ora nos anos 1940, quando o mundo vive os horrores da guerra nazista e o etnobotânico quer sonhar. E o xamã dá o recado ao mundo atual para bem cuidar da casa coletiva, o planeta. Durante a jornada do xamã e dos buscadores, no coração da Amazônia, no passado e no presente, o futuro desponta e os encontros na caminhada ajudam Karamakate a recuperar suas lembranças.

Os resultados da destruição dos seringalistas, as diferenças e as contradições culturais são questionados pelo xamã, que atua como a consciência da humanidade. Karamakate chama à reflexão e pede, nos dois tempos entrecortados do filme, que os buscadores abandonem as bagagens pesadas como condição para a cura, ou o encontro consigo mesmos.

A cada trecho navegado do rio, a cada metro percorrido da floresta, em cada cena, transbordam reflexões filosóficas. As cenas que tratam da catequização são fortíssimas, culminando no abuso de poder de um messias louco num local de aculturação, quase um retrato do inferno místico. Mas há o reconforto das paisagens grandiosas da Amazônia em regiões não registradas por câmeras nas últimas três décadas.

O roteiro de *O Abraço da Serpente* é intenso e aborda diferentes aspectos do contato intercultural. Foi gravado em preto e branco, para que a exuberante floresta não ofuscasse a profundidade das falas. Do roteiro à finalização, foram quatro anos de esmero, que se traduziu na indicação ao Oscar de *Melhor Filme Estrangeiro em 2015*, além de garantir destaque em diversos festivais.

Quase duzentos indígenas – atores e não atores – participam das filmagens dirigidas por Ciro Guerra e produzida por Cristina Gallego. O xamã jovem é interpretado por Nilbio Torres, da etnia Kubeo, e o idoso por Antônio Bolívar, um dos últimos representantes da etnia Uitoto. O filme foi rodado no noroeste da Amazônia, na fronteira entre o Brasil e a Colômbia. Mostra tradições indígenas e impressionantes ritos, registrados pelos desbravadores Grünberg e Schultes, que inspiraram Ciro Guerra.

Com as falas se alternando em diversas línguas, o longa-metragem nos leva a um profundo mergulho na natureza, na percepção espiritual, simbólica ou metafórica, e na reflexão sobre as diversas nuances decorrentes da colonização cultural na América. O resgate da memória ancestral indígena, concentrada no xamã, e da capacidade do não indígena voltar a sonhar encerram essa epopeia. ♦

Fotos: Divulgação

O Abraço da Serpente (*El Abrazo de la Serpiente*)
 Colômbia, Venezuela, Argentina, 2015
 Direção: Ciro Guerra. Produção: Cristina Gallego
 Roteiro: Ciro Guerra, Jacques Toulemonde Vidal

Os Kaingang de Guarapuava entre a resistência e a colaboração

Benedito Prezia, Historiador

Assim como em outras regiões, a conquista luso-brasileira na região central do Paraná dividiu o povo Kaingang que ali vivia. Organizado em subgrupos, como Kamé, Kayneru, Votôro e Dorin, muitas vezes eles se confrontavam, o que levava a grandes conflitos internos.

Descobrimo essa fragilidade étnica, os luso-brasileiros faziam alianças sempre com algum deles, ou cooptavam líderes ou indígenas que se destacavam no contato, para, depois, fazerem o papel de negociador, em busca da conquista do território.

Foi o que ocorreu com o comandante Diogo Pinto, em junho de 1810, quando chegou com cerca de 200 soldados no centro-oeste do Paraná, onde mais tarde surgiria Guarapuava. Sua primeira ação foi construir um pequeno forte militar, que recebeu o nome de Atalaia, e que seria a ponta de lança para a conquista do oeste paranaense.

A seu redor surgiu um acampamento para abrigar as famílias dos oficiais e dos soldados, além de uma rústica capela para os ofícios religiosos, que ficava sob os cuidados do capelão padre Francisco das Chagas Lima.

Uma das coisas que mais atraíam os indígenas da região eram os instrumentos de ferro, que revolucionavam a vida daquele povo que tinha apenas lascas de quartzo como facas e pedras polidas no lugar de machados.

Com essa inusitada movimentação em território indígena, não tardou aparecer um grupo de trinta Kaingang, para ver esses forasteiros e negociar instrumentos de ferro. Desejavam um encontro amistoso, pois tinham interesse nessas permutas e em comida. Ao se aproximarem, deixaram as armas, recebendo, em contrapartida, roupas e alimentos. Isso fez com que se dispusessem a voltar algum tempo depois, o que de fato aconteceu. Retornaram com suas mulheres e filhas, numa forma de partilhar o que tinham de mais precioso. Essa era a cortesia existente entre muitos povos indígenas: oferecer as filhas aos visitantes.

Para surpresa das lideranças, apenas um soldado aceitou essa amável oferta, pois a maioria seguiu as ordens do capelão, que esbravejava, dizendo que aquilo era contra as normas da Igreja e de Deus. Irritados, sem entender tal recusa, os Kaingang voltaram no dia seguinte, desfechando um violento ataque, surpreendendo os moradores de Atalaia. Estes, resistiram como puderam e, graças às armas de fogo, sobretudo aos morteiros, rechaçaram os combatentes, deixando vários indígenas mortos.

Um deles, Pahy, avaliando esse ataque, que mostrou a superioridade dos estrangeiros, mudou de lado, dispondo-se a viver no acampamento. Como prova de sua adesão, aceitou receber o batismo, passando a se chamar Antônio José Pahy.



Foi através dele que, a partir de 1812, os indígenas do subgrupo Kamé fizeram um acordo de paz, passando a viver na aldeia que se formou ao lado do forte. Como sempre, o contato com europeus, portadores de novas doenças, provocou uma epidemia que, por nove meses, ceifou muitas vidas indígenas. As mortes foram tantas que, em maio do ano seguinte, os sobreviventes resolveram voltar para o mato, permanecendo apenas Pahy com sua família.

No ano seguinte, pressionados pelos Votôro, aqueles Kamé retornaram a Atalaia, procurando a proteção dos soldados. Assim, o acampamento indígena foi reativado. A vida naquele aldeamento foi bem diferente do imaginado, pois passaram a ser explorados pelos soldados e pelo autoritarismo de Pahy, que se julgava e agia como um “capitão branco”. Indignados, alguns indígenas juraram vingança. Numa das incursões que

Pahy fazia pelos campos, em busca de escravos indígenas, foi surpreendido numa cilada e morto.

Temendo uma possível vingança, os Kamé fugiram, retornando à vida tradicional. A região enfrentava penúria e, lembrando-se da alimentação das roças de Atalaia, tanto os Kamé como alguns Votôro decidiram retornar a Atalaia. Na ocasião, a convivência entre esses dois grupos era mais tranquila, passando, inclusive, a viúva de Pahy a viver com um Votôro, Vitorino Fuok-xó.

Mas a vida livre dos campos tinha forte apelo. E, assim, ocorreu uma nova saída: Vitorino Fuok-xó e sua mulher, juntamente com o grupo Votôro, abandonaram Atalaia, levando dois Kamé. Era a volta à liberdade que tanto prezavam. Mas essa liberdade do sertão durou poucos anos, pois o oeste do Paraná seria ocupado definitivamente naquele final de século. ♦